

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sr. Presidente da ALRAA,
Sras. e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

Muito se tem dissertado, recentemente, sobre o contexto de crise económica que se vive um pouco por toda a parte, abundando as referências à forma como esta afecta, em particular, os grupos mais desfavorecidos.

Se é certo que o actual contexto nos coloca perante desafios económicos, não é menos certo que estes têm um sério impacto social. Importa também assumir que a resolução de ambos está igualmente estreitamente interligada e depende, em grande medida, da perspectiva que adoptamos e, conseqüentemente, da forma como nos posicionamos perante os acontecimentos.

Importa aqui salientar que, apesar de hoje haver um maior consenso sobre a natureza multifactorial dos problemas sociais, continuam a verificar-se diferenças significativas na forma como nos posicionamos perante estes. Destas diferenças de perspectiva, de modelo conceptual de análise e de intervenção, já aqui o afirmei, depende o sucesso das nossas acções. São diferenças que assumem particular relevância e particular visibilidade em tempos de maior dificuldade.

Particular relevância porquanto as situações mais complexas de exclusão nos exigem maior especialização, coerência e rigor na intervenção.

Particular visibilidade porque em situações de maiores dificuldades invariavelmente sobressai o que de mais genuíno há em cada um de nós: A nossa matriz de valores, código de princípios, atitudes e padrões de comportamento.

É neste contexto, perante uma situação de crise económica globalizada, com reconhecidos impactos sociais que assumem particular relevância junto dos grupos mais desfavorecidos, que considero particularmente graves declarações proferidas por figuras públicas, formadoras de opinião, detentoras de poder e agentes de intervenção económica, social e política porquanto reveladoras de um posicionamento que, sob pretexto da “crise”, só poderá contribuir para o agravamento da exclusão social de uma faixa significativa da população.

Permitam-me alguns exemplos:

Quem afirma que “Os empregos na protecção civil só servem para ocupar os Cabo Verdeanos” dificilmente acreditará na sua capacidade criativa ou empreendedora, de assumir iniciativas ou de concretizar projectos e como tal inibirá, ou pelo menos não facilitará,

o seu acesso a um vasto leque de oportunidades de desenvolvimento pessoal;

Quem considera que “Os imigrantes contribuem para o agravamento do desemprego” dificilmente reconhecerá a diversidade (a baseada na nacionalidade, como todas as outras) enquanto uma mais valia com potencial de riqueza;

Quem opta por se referir a uma prestação social como “Rendimento Sem Incomodo” dificilmente se incomodará com a defesa da dignidade humana de quem tem que se incomodar todos os dias com a satisfação de necessidades básicas ou lhes reconhecerá vontade e capacidade para alcançar outro estatuto;

Quem considera que “não podemos ter nas escolas crianças sem cuidados de higiene” ou que “levar todos à escola é nivelar por baixo e prejudicar os bons alunos” dificilmente promoverá o saber e a generalização do acesso à informação (escolar ou não, formal ou informal) como factor fundamental à capacitação e autonomização das populações, à tomada de decisão, à capacidade crítica e à aquisição de competências para desempenhar tarefas socialmente reconhecidas.

É neste contexto,

Sr. Presidente da ALRAA,
Sras. e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

que reafirmo a gravidade destas tomadas de posição.

São graves porquanto mais do que opiniões pessoais são reveladoras de princípios, valores, atitudes e comportamentos, de decisores que atribuem aos pobres e excluídos sociais total responsabilidade pela situação em que se encontram;

Graves também, porque se desresponsabilizam de prestar um contributo activo imprescindível para a inclusão;

E graves ainda porque revelam acomodação com o "não ser", "não estar", "não fazer", "não saber" e o "não ter" de muitos.

Este não é, decisivamente, o nosso quadro de referência. Sabemos que não será também a perspectiva de muitos outros. Mas também temos consciência de que o sucesso da luta contra a exclusão social depende, hoje mais do que nunca, do envolvimento activo de todos, pelo que se impõe uma significativa mudança de atitudes que abranja as entidades oficiais, a comunidade e as pessoas em situação de exclusão.

Uma mudança de atitudes capaz de facilitar uma interacção positiva entre as pessoas excluídas e a sociedade a que pertencem, sendo certo que essa relação terá, necessariamente, de processar-se em dois sentidos distintos:

No sentido de proporcionar às pessoas excluídas oportunidades de aquisição de competências (pessoais, sociais, académicas e profissionais) que as capacite para assumir uma cidadania activa, participando na vida económica, social política e cultural da sua comunidade como cidadãos de pleno direito;

Mas também no sentido da sociedade que, para além de proporcionar essas oportunidades de formação, acolhe depois o exercício de cidadania reconhecendo na inclusão destes cidadãos uma oportunidade de mais valia para a sociedade no seu todo, através do seu enriquecimento pela diversidade.

Sr. Presidente da ALRAA,

Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

É com base neste enquadramento que retomo as referências iniciais aos desafios que hoje se nos colocam pelo contexto de crise económica, agora nesta perspectiva de inclusão enquanto via de dois sentidos.

Como já se viu, os factores económicos, não sendo exclusivos, podem ser decisivos na explicação de grande parte de situações de exclusão social.

De igual modo, a dimensão económica da integração assume importância crucial quer na perspectiva da capacitação dos indivíduos e famílias, quer na de reorientação da sociedade que democratiza as oportunidades que oferece aos seus membros viabilizando a sua inclusão.

A Organização Internacional do Trabalho, nas comemorações do seu 90.º aniversário, no passado mês de Abril, vem validar esta perspectiva ao assumir o acesso a um trabalho decente como factor decisivo para a inclusão.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encara o actual contexto económico não só como fonte de dificuldades mas também como uma porta aberta a novas perspectivas de desenvolvimento e assume a criação de novos ciclos de oportunidades e de riqueza ao nível local como factores imprescindíveis para que se quebrem ciclos de pobreza.

É com base nestes pressupostos e perante a tomada de consciência destes problemas que têm vindo a ser adoptadas novas perspectivas de intervenção. O movimento denominado de Economia Solidária é exemplo dessa procura de soluções alternativas e tem vindo a

afirmar-se como área de intervenção económica e social, cujo potencial é hoje reconhecido um pouco por todo o mundo, da Europa aos Estados Unidos e Canadá, passando pela América Latina.

Parafraseando Rogério Amaro, o termo “Economia Solidária” pode ser definido como um conjunto de actividades económicas que se caracterizam por práticas e objectivos de solidariedade, numa perspectiva sistémica e de valor social.

Trata-se de iniciativas que abandonam a matriz assistencialista tradicional substituindo-a por outra centrada no utente, no reforço das suas competências, na sua capacitação para uma vida autónoma, e na criação das condições para o exercício dessas competências.

Um modelo de intervenção que, reconhecendo a incapacidade do tecido produtivo em oferecer oportunidades de emprego a todos, e em particular a grupos desfavorecidos, (quer seja por dificuldades económicas, por desconfiança ou por discriminação) se propõe a criação de oportunidades de emprego com uma função social.

Dispomos assim de um modelo de intervenção que operacionaliza o princípio da inclusão, de que falávamos antes, enquanto via de capacitação das pessoas que adquirem novas competências, mas também de construção de comunidades e sociedades inclusivas que se abrem à participação dessas pessoas.

Sr. Presidente da ALRAA,
Sras. e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

Também nos Açores têm surgido empreendimentos solidários desde o início dos anos 90.

As iniciativas desenvolvidas na Região assumem uma matriz de actividade económica que se traduz na produção de bens e serviços, na criação de emprego, na distribuição de rendimentos, na satisfação de necessidades de consumo e na concretização de investimentos em domínios variados, dos mais tradicionais aos mais modernos como sejam, por exemplo a doçaria ou a tecelagem por um lado e as artes gráficas ou o turismo ecológico por outro.

Tratam-se de iniciativas económicas que assumem um claro objectivo social - o de contribuir para a promoção da coesão social, nomeadamente através da oferta de oportunidades de formação e de empregos para pessoas normalmente à margem do mercado normal de trabalho, caso de pessoas portadoras de deficiência, doentes mentais, emigrantes regressados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

Os projectos desenvolvidos na Região procuram ainda conjugar estes objectivos de natureza económica e social com outros de cariz cultural, ambiental e territorial.

Assim, tem-se optado por actividades económicas que valorizam a cultura, património, valores e identidade locais, sobretudo as que estejam em risco perante processos de globalização e de uniformização, atribuindo-lhes valor económico, restituindo-lhes visibilidade e significado social e político;

Opta-se igualmente pela adopção de novos comportamentos de produção, de consumo e de relação com a natureza, quer se trate de iniciativas produção biológica, de reciclagem de materiais ou de gestão de parques naturais;

E favorece-se o enraizamento das iniciativas nas comunidades locais contribuindo, em simultâneo, para a promoção do desenvolvimento local assim como para potenciar o sucesso das iniciativas através da participação e o envolvimento dos agentes locais.

Existem hoje na Região 17 empresas de Inserção Social, dispersas por várias ilhas, com um total de 41 valências, que empregam 154 trabalhadores e têm 335 pessoas em formação.

Urge acompanhar este crescimento numa perspectiva de investigação-acção que conjugue o conhecimento científico que vai surgindo sobre esta matéria com a realidade do nosso tecido económico e social.

Sr. Presidente da ALRAA,
Sras. e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

A economia solidária não será certamente remédio para todos os males sociais. No entanto apresenta-se hoje como metodologia de intervenção cientificamente fundamentada, de aplicabilidade prática internacionalmente validade e de eficácia comprovada.

O seu sucesso enquanto instrumento de combate à exclusão social depende contudo da forma como nos posicionarmos perante ela.

Impõe-se, efectivamente, uma significativa mudança de atitudes.

Temos todos que deixar de **pensar** na pobreza como inevitável e algo que deve ou pode ser escondido;

Temos todos que deixar de **sentir** pena, indiferença ou repulsa pelas pessoas em situação de exclusão;

E temos todos que deixar de exibir **comportamentos** que culpabilizem a vítima ou perpetuem dependências.

Disse.